

Eixo 3: Prática em Classificação, Catalogação e Indexação

## POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM SISTEMA DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: ELEMENTOS ESTRUTURAIS E RECURSOS TECNOLÓGICOS COMUNS

*Indexing policies in university libraries: common  
topics and technologies*

### André Luiz Appel

Doutorado - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: [andreappel@discente.ufg.br](mailto:andreappel@discente.ufg.br)

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9608-803X>

### Lais Pereira de Oliveira

Doutorado - Professora na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC),  
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

E-mail: [laispereira2@ufg.br](mailto:laispereira2@ufg.br)

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9092-4204>

### Resumo

Aborda as políticas de indexação mediante suas abordagens teorizantes e circunscritas à realidade de sistemas de bibliotecas, na forma relato de experiência do processo de planejamento e elaboração, atrelado a atividade de estágio supervisionado da graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Objetiva identificar e cotejar políticas de representação da informação utilizadas por sistemas de bibliotecas universitárias do Brasil, enfatizando os elementos estruturais e os recursos tecnológicos por elas explorados na consecução da regulação do trato informacional. Constitui pesquisa exploratória, documental e de natureza quali-quantitativa. Com base em coleta de dados de documentos institucionais nos sites dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras, constitui corpus de nove documentos de políticas para análise. Como resultados, destaca a baixa ocorrência de documentos de políticas no universo explorado e aponta para os elementos em comum na estrutura dos documentos analisados, além de explicitar a ênfase ainda reduzida a aspectos tecnológicos da catalogação.

**Palavras-Chave:** Indexação de assunto; política de indexação; biblioteca universitária; universidade federal; Brasil.

### Abstract

It addresses indexing policies through its theoretical approaches and focused on the reality of library systems, in the form of an experience report of the planning and elaboration process, linked to the supervised internship activity of the undergraduate course in Library Science at the Universidade Federal de Goiás. It aimed to identify and compare information representation policies used by university libraries in Brazil, emphasizing the structural elements and technological resources exploited by them in achieving the regulation of information handling. It constitutes exploratory, documentary and quali-quantitative research. Based on data collection from institutional documents on the websites of library systems at Brazilian federal universities, it constitutes a corpus of nine policy documents for analysis. As results, it highlights the low occurrence of policy documents in the explored universe and points to the common elements in the structure of the analyzed documents, in addition to explaining the still reduced emphasis on technological aspects of cataloging.

**Keywords:** Indexing; Indexing policy; university libraries; federal university; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto dos sistemas de recuperação da informação, que possibilita acesso aos conteúdos contidos nos acervos (Oliveira; Boccato, 2013), encontra subsídio às suas ações em diferentes instrumentos documentários. Tais instrumentos apoiam e agregam ao entorno procedimental da organização da informação. Está, composta por processos que fazem a mediação entre documento e público, determina a constituição de produtos e serviços e concorre para a realização de atividades-meio, produzindo mensagens organizadas de forma sistêmica (Ortega, 2024) que orientam sobre os atributos formais da publicação e acerca do seu assunto.

Em que pese essa questão, um aparato de instrumentos estruturados sob a forma linguístico-terminológica e, também, a instrutivo-normativa, concede ao bibliotecário as condições para que a representação dos atributos de conteúdo se estabeleça em consonância com a linguagem do sistema de informação. O vocabulário controlado, por exemplo, é um produto documentário (Aguiar; Tálamo, 2012) de amparo terminológico à atribuição de termos para um documento. A política de indexação, por sua vez, age na regulação dos procedimentos para tal atribuição e, portanto, no nível normativo.

Diferentes estruturas e tipos de bibliotecas podem ter sua ação de representação do teor documental reguladas por uma política de indexação, que também pode assumir ares de política de representação ou mesmo de catalogação.

Independente da conjuntura existente, o planejamento se faz essencial, como forma de realizar a caracterização de unidade, acervo e público-alvo para, então, estabelecer as diretrizes concatenadas a essa conjuntura e, passíveis de regulação no âmbito do sistema de informação.

Nesse cerne se estabelece a presente pesquisa, oriunda das atividades de estágio supervisionado do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), desenvolvido junto à Universidade Federal de Rondônia (UNIR). O levantamento e a análise das políticas de indexação de outras bibliotecas tiveram como intuito amparar o grupo de trabalho da instituição onde o estágio supervisionado foi realizado na elaboração de sua política de representação da informação.

Assim, este estudo teve como objetivo identificar e cotejar políticas de indexação/representação da informação utilizadas por sistemas de bibliotecas universitárias do Brasil, enfatizando os elementos estruturais e os recursos tecnológicos por elas explorados na consecução da regulação do trato informacional.

A pesquisa pode contribuir, nessa perspectiva, para as incursões teóricas acerca do tema política de indexação/representação, especialmente em seu aspecto de planejamento, razão pela qual também representa contributo aplicado, uma vez que permite demonstrar o percurso adotado para viabilizar a ação por grupo de trabalho detido ao propósito de elaboração de política de representação da informação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma política é um item que pode ser formalmente estabelecido sob a forma de um documento com registro de decisões em torno de um dado propósito ou ação. No contexto de trabalho do bibliotecário, políticas de catalogação, indexação e classificação podem ter lugar. Ao mesmo tempo, conta-se com esboços voltados ao tratamento ou representação da informação, de forma ampla e não restrita a um único processo.

Originalmente, Lancaster (1993) atribuiu à política de indexação o papel de orientar o processo decisório dos indexadores quanto à exaustividade e especificidade da indexação, que se expressam pelo número médio de termos

atribuídos. Contemporaneamente, Fujita (2012, p. 17) apresenta política de indexação como “um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação”. A definição de Fujita abre espaço para a ampliação do escopo da política, viabilizando a orientação das decisões também no contexto da representação descritiva. Assim, uma política de representação da informação deve buscar orientar as decisões de catalogadores e indexadores no processamento técnico, no âmbito da representação descritiva e temática da informação.

Dentre estudos prévios voltados para as políticas de representação da informação em unidades de informação, destacamos o trabalho de Espíndola e Pereira (2018) que identificaram onze requisitos indispensáveis para a elaboração de uma política institucional, fornecendo uma proposta estruturação de documento na forma de política.

O estudo de Faria e Lourenço (2019) fez análise sobre quais regras do Resource Description and Access (RDA) podem ser objeto de padronização e formalização em políticas de catalogação em bibliotecas. Observam que cerca de 70% de dezessete regras do RDA analisadas podem ser submetidas a alguma forma de padronização a partir de uma política.

Fujita e Santos (2016) identificaram as bibliotecas universitárias das regiões Sul e Sudeste do Brasil que possuem políticas de catalogação, com a condução de estudo baseado em pesquisa participante com sujeitos atuantes nessas bibliotecas. Verificaram que a minoria das bibliotecas da região possuía políticas formalizadas, impactando o processamento técnico e as condições de educação continuada dos profissionais e de condução de estudos de avaliação da indexação.

Sousa (2015) realizou identificação e sistematização de teoria norteadora sobre políticas de representação descritiva, tendo observado número reduzido de publicações que tratam da temática, chamando a atenção para a falta de registros formais em detrimento do foco exclusivo na prática.

Rubi e Fujita (2010) identificaram e analisaram elementos norteadores de políticas de indexação em bibliotecas universitárias. Para tanto, se valeram de abordagem visão sociocognitiva para identificação das visões de variados atores dos procedimentos de indexação, como bibliotecários diretores, catalogadores, de

referências, docentes e discentes. Como resultados, reforçaram a importância da manutenção de políticas norteadoras de indexação, além de terem elencado um conjunto de tópicos ou pontos de pauta e/ou orientações essenciais para estruturação e composição dessas políticas.

Sob os auspícios de tais estudos, a investigação ora apresentada se debruça sobre as políticas de indexação/representação no contexto de bibliotecas universitárias.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, documental e de natureza qualitativa, que tem como fontes de dados os sites de sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras e seus documentos na forma de políticas de indexação/representação da informação. Como tarefa inicial da coleta de dados, realizou-se o levantamento das universidades federais de ensino superior por meio do site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC)<sup>1</sup>. Com a aplicação dos filtros da ferramenta com foco nas instituições de ensino de nível exclusivamente superior (excluindo-se aí os Institutos Federais de Ensino), foram identificadas 69 universidades federais. Essas instituições foram, então, registradas em uma planilha do MS Excel e, para cada uma delas, foi realizada consulta no Google para localização dos sites de suas bibliotecas universitárias ou seus sistemas de bibliotecas.

Os sites foram, então, registrados na planilha e, a partir de visitas a cada site coletado, buscou-se por documentos que remetessem a normativas, instrumentos, regulações ou políticas referentes a processamento técnico, representação descritiva ou temática, catalogação, indexação. Assim, foram encontrados documentos dessa natureza para oito das 69 instituições.

Em seguida, foram registrados os links de cada documento identificado e realizados os downloads desses documentos para análise, tendo sido considerados nove documentos de políticas, considerando-se que duas instituições (FURG e UFPR) apresentam mais de um documento, e pela não unicidade do conteúdo no material da UFRGS. Na sequência, são descritos e analisados os documentos identificados, quanto aos seus pontos de interlocução e quanto aos aspectos

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

tecnológicos abordados, em especial, diretrizes e/ou recomendações atinentes aos sistemas de biblioteca/automação em uso, diretrizes ou orientações detalhadas sobre protocolos, padrões ou códigos, tais como protocolo Z39.50, Machine Readable Cataloging (MARC) e Resources Description Framework (RDA).

#### 4 RESULTADOS

O conjunto de políticas de indexação/representação da informação das bibliotecas universitárias de universidades federais brasileiras é apresentado no Quadro 1.

Pela análise dos documentos identificados junto às oito universidades federais (vide Quadro 1), verifica-se a presença de um item (06 bibliotecas) ou dois (02 bibliotecas) nomeado como política ou manual. Denota-se, pois, preocupação com a regulação e normatização dos procedimentos de trato do acervo que, em 25% dos casos se faz pela cobertura dos aspectos descritivos e temáticos (UFPR e FURG) em itens distintos

**Quadro 1 – Políticas de representação da informação das bibliotecas universitárias analisadas**

INSTITUIÇÃO	TÍTULO E LOCAL DE PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA
Universidade Federal de Goiás (UFG)	<b>Manual de política de indexação para as bibliotecas da UFG</b> <a href="https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SiBi_UFG.pdf">https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SiBi_UFG.pdf</a>
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	<b>Política de representação da informação da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC)</b> <a href="https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251586">https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251586</a>
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	<b>Política para indexação de acervo do SISTEBIB/UFAM</b> <a href="https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf">https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf</a>
Universidade Federal do Ceará (UFC)	<b>Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará</b> <a href="https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-indexacao-bu-ufc-09-04-2016.pdf">https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-indexacao-bu-ufc-09-04-2016.pdf</a>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	<b>Política de processamento técnico</b> <a href="https://www.unirio.br/bibliotecacentral/arquivos/SPD_PoliticaProcessamentoTecnico_01jun2023.pdf">https://www.unirio.br/bibliotecacentral/arquivos/SPD_PoliticaProcessamentoTecnico_01jun2023.pdf</a>
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	<b>Política de representação descritiva do SiBi/UFPR</b> <a href="https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/07/Políticas-de-Representacao-Descritiva-SiBi-UFPR--Aprovada-C_Gestor_13_04_22.pdf">https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/07/Políticas-de-Representacao-Descritiva-SiBi-UFPR--Aprovada-C_Gestor_13_04_22.pdf</a>  <b>Política de representação temática do doSiBi/UFPR</b> <a href="https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2022/04/Políticas-de-Representacao-Tematica-SiBi.pdf">https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2022/04/Políticas-de-Representacao-Tematica-SiBi.pdf</a>

INSTITUIÇÃO	TÍTULO E LOCAL DE PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	<p><b>Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande</b>  <a href="https://biblioteca.furg.br/images/Manual_de_indexacao_SiB_062019.pdf">https://biblioteca.furg.br/images/Manual_de_indexacao_SiB_062019.pdf</a></p> <p><b>Manual de processamento técnico</b>  <a href="https://biblioteca.furg.br/images/Manual_Processo_fev2021docx.pdf">https://biblioteca.furg.br/images/Manual_Processo_fev2021docx.pdf</a></p>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	<p><b>Document@: Base de conhecimento do Sistema de Bibliotecas da UFRGS (vários documentos)</b>  <a href="https://www.ufrgs.br/documenta/">https://www.ufrgs.br/documenta/</a></p>

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Demonstra-se, pois, a formalização do processo decisório em torno da indexação ou do processo técnico de forma ampla, como desenvolvido nas bibliotecas. Nesse sentido, a prospecção que embasou o conjunto de atividades do estágio supervisionado, com foco inicial na política de indexação, se fez ampliada, haja vista a conjuntura encontrada na pesquisa documental que demonstra algumas dessas políticas denominadas como “de representação da informação” e não somente enquanto “política de indexação”.

Para além dos títulos dos documentos, mediante sua análise intrínseca pela observação do sumário, nota-se que nem todos tratam diretamente de ambas as políticas (representação descritiva e temática). Os casos que se mostram mais completos são da UFPR, que traz tais processos em documentos norteadores publicados em forma separada conforme supramencionado, e da UFSC, que trata de representação da informação em documento único, mas, separado a partir de seções as diferentes frentes (descritiva e temática).

Destaca-se também o material da UFRGS que, embora não se apresente nominalmente como um documento de política, traz inúmeros materiais com instruções técnicas e operacionais bastante ricos para orientação do trabalho de processamento técnico e para uma gestão do conhecimento do processamento técnico de materiais e do fluxo de profissionais na unidade de informação.

Com base na análise dos sumários e/ou tópicos das políticas identificadas, verificam-se os seguintes tópicos como comuns ou mais recorrentes (Quadro 2):

**Quadro 2 – Tópicos comuns nos instrumentos identificados.**

1. Introdução ou apresentação	6. Padronização de entradas de assunto / Classificação
2. Objetivos	7. Indexação
3. Processo de indexação	8. Normas e padrões

4. Elementos da política de indexação	9. Acompanhamento / Avaliação
5. Linguagem / Linguagem controlada	10. Referências

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A partir do Quadro 2, constata-se a presença predominante de elemento estrutural voltado à apresentação da política e de seus objetivos, da mesma forma que exploração das características relativas ao usuário da informação e às especificidades das unidades às quais as políticas se destinam. Nesse sentido, contextualiza-se o intento do documento em si, que é apresentado, atrelado ao público que faz uso do sistema de informação. Esses elementos são coerentes com os introdutórios definidos por Espíndola e Ferreira (2018).

Além disso, pelo menos quatro documentos abordam a descrição do processo de indexação, com a indicação de seus elementos e/ou procedimentos a serem adotados durante o processamento técnico, em possível sintonia com os itens “informações sobre a catalogação realizada na instituição” de Espíndola e Ferreira (2018) e “procedimentos relacionados à indexação” de Rubi e Fujita (2010). Ao menos cinco documentos também dão ênfase ao processo de indexação e à utilização de linguagens controladas como referência para esse processo, com ênfase na padronização e entrada por assunto. Quatro dentre os nove documentos analisados tratam dos procedimentos de avaliação, acompanhamento ou revisão das políticas, em sintonia com as orientações de Espíndola e Ferreira (2018) e Rubi e Fujita (2010).

Destacadamente, portanto, para além dos procedimentos e diretrizes a serem observados na representação da informação, as políticas estabelecem detalhamento para sua melhoria e atualização. Considera-se, aqui, a relevância de tal questão, como forma de permitir o aprimoramento das especificações trazidas em tais documentos inclusive em condições de revisão das deliberações feitas e integração de outras que possam auxiliar no desenvolvimento do processo técnico da informação.

Sobre os aspectos tecnológicos, constata-se pela leitura e prospecção textual das políticas, que alguns documentos fazem menção aos sistemas utilizados pelas unidades aos quais se destinam, com recomendações e/ou instruções específicas ao processamento técnico nesses sistemas. Há, em quase todos os documentos,

menção direta ou indireta ao formato MARC 21, com diretrizes para sua implementação. Apenas o documento da UFPR traz menção ao Resource Description and Access (RDA), com ênfase na adequação e consistência do controle de autoridade.

Dessa maneira, a circunstância de desenvolvimento das ações de indexação e representação da informação de forma ampla, sai fortalecida. Isso porque coloca em destaque a forma pela qual será pensada junto ao software de automação utilizado, da mesma forma que o estabelecimento pragmático dos metadados de um recurso informacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar e cotejar políticas de indexação/representação da informação utilizadas por sistemas de bibliotecas universitárias do Brasil, enfatizando os elementos estruturais e os recursos tecnológicos por elas explorados na consecução da regulação do trato informacional.

A partir disso, demonstrou-se que um baixo número de instituições mapeadas, cerca de 11%, conta com documentos norteadores dos processos de representação descritiva ou temática. Dentre a amostra verificada, observa-se que boa parte conta com políticas detalhadas para a indexação e, até mesmo, com abrangência dos processos de representação descritiva e temática, por vezes, em documentos individuais. Destaca-se, igualmente, o alinhamento às diretrizes trazidas pela literatura em mais de um documento.

Sobre os aspectos tecnológicos, percebe-se ainda uma baixa aderência ou ênfase nesses aspectos, o que pode estar relacionado com o tempo de existência ou de atualização das políticas. Em um cenário em que a interoperabilidade e a abertura de dados têm se mostrado como elementos-chave na construção e compartilhamento de catálogos e acervos de natureza diversa, é imperativo que novos documentos, ou novas versões dos já existentes, busquem abordar essa dimensão.

Destarte, ressalta-se a limitação da pesquisa obedecendo à conjuntura de coleta documental. Dentre as limitações, encontra-se a possibilidade de as bibliotecas consultadas não terem disponíveis seus instrumentos ou políticas em seus sítios eletrônicos, de forma que não seriam mapeadas pelo método de

amostragem utilizado. Nesse aspecto, Gomes e Lima (2021) reforçam a importância de a política estar acessível a todos os envolvidos nos processos de organização e busca da informação, incluindo-se aí os usuários.

Estudos futuros podem contemplar aplicação de questionários, permitindo mapear a existência de políticas ainda não publicadas, mas, com existência informal nas bibliotecas universitárias, tanto quanto configurações outras que denotam especificações quanto ao trato documental, na forma de tutoriais, guias e fluxos de trabalho. Espera-se, igualmente, ampliar o escopo do trabalho para contemplar análise de abordagem de demais protocolos como o ISO 2709:2008, além de identificação e descrição de vocabulários controlados e demais instrumentos norteadores abordados pelas políticas, assim como à luz de normativas como ISO 999:1996, sobre organização e apresentação de índices, e ISO 5963:1985, sobre análise e determinação de assuntos de documentos e seleção de termos de indexação.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/341>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ESPÍNDOLA, Priscilla Lüdtke; PEREIRA, Ana Maria. Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação. **Revista ACB**, v. 23, n. 1, p. 142–160, 30 mar. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1400>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FARIA, Cleide Vieira de; LOURENÇO, Cíntia Azevedo. Regras da norma de catalogação Recurso Descrição e Acesso que podem ser padronizadas na política de catalogação da biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 208–231, 8 set. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1226>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (eds.). **Política de indexação**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica; Marília, SP: Oficina Universitária, 2012. p. 17–28. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf). Acesso em: 6 set. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, v. 28, p. 59–76, abr. 2016. DOI [10.1590/2318-08892016002800005](https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800005). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/K6wKdXKG3pbPVkcLChr7FtL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GOMES, Rainer Finelli; LIMA, Gercina Ângela de. Importância da política de indexação para as unidades de informação: uma revisão sistemática da literatura. **Em Questão**, v. 27, n. 1, p. 210–236, 2021. DOI [10.19132/1808-5245271.210-236](https://doi.org/10.19132/1808-5245271.210-236). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/103507>. Acesso em: 6 set. 2024.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1993.

OLIVEIRA, Greissi Gomes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Parâmetros sociocognitivos de construção de instrumentos de representação temática da informação de áreas técnico-científicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2012. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/184925>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Organizar para socializar**: a função social da mediação documentária. Marília, SP: Oficina Documentária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes Fabiana Araujo. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, p. 118–150, 1 mar. 2010. DOI [10.20396/rdbci.v7i2.1960](https://doi.org/10.20396/rdbci.v7i2.1960). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1960>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. esp., p. 238–254, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/508>. Acesso em: 16 jul. 2024.